



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2011, realizada às dezenove horas do dia sete de novembro de 2011, na sede da Câmara Municipal, situada a Avenida Pedro de Souza Freire, cento e sete, centro, Fortaleza de Minas. Feita a chamada estavam todos os vereadores presentes. Após leu-se a ata da reunião anterior a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: Leitura do Projeto de Lei nº. 13/2011 que “Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º da Lei 742, de 10 de fevereiro de 2005”; Leitura do Projeto de Lei nº 14/2011 que “Dá nova redação ao artigo 5º, inciso I, da Lei 972 de 28 de dezembro de 2010”; Leitura do ofício 2650/2011 de autoria do secretário de Estado e Defesa Social; Leitura do convite para formatura do curso de PROERD para pais, no dia 09 de novembro, as 19:30 horas na Câmara Municipal. Após o Presidente agendou Audiência Pública para discussão e colhimento de sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, no dia 28 de novembro de 2011, as 19:00 horas, na sede da Câmara Municipal. Não havendo mais matérias no pequeno expediente, a presidência instalou o **GRANDE EXPEDIENTE**. O vereador Fernando Pereira comentou sobre as péssimas condições em que se encontram os mata burros do município, em especial relatou sobre o Bairro Rural Alves, disse que soube que estão em falta caibros para a manutenção dos mesmos. Houve diversos relatos sobre manutenção nos mata burros em todo o município, tendo sido citado pelos demais vereadores diversos outros Bairros Rurais que estão na mesma situação, e ao final o Plenário concordou em expedir Requerimento solicitando a manutenção dos mata burros nos bairros rurais do município e a aquisição de caibros para a referida manutenção. Em seguida o vereador Fernando Pereira comentou que foi procurado pela Srª. Aparecida de Fátima, a qual reclamou que está sofrendo com problemas ortopédicos graves, lhe demonstrou documentos que comprovam a doença, inclusive laudo médico com pedido de cirurgia em regime de urgência. O vereador fez alguns questionamentos à cidadã que estava presente na reunião a qual confirmou os dizeres do vereador e disse que procurou a Assistente Social da Saúde, Srª. Lilian Leite a qual não a enquadrou para a referida cirurgia. Disse que procurou médico especialista do município que reconheceu a urgência, porém relatou não poder fazer nada, sob a alegação de que não foi feita licitação para esse tipo de cirurgia. O vereador solicitou apoio dos demais vereadores e da Comissão de Saúde e relatou que a Srª. Lilian recentemente foi beneficiada com cirurgia arcada pelo município, apesar da mesma não ser cidadã fortalezense. Falou que tem em mãos documentos que comprovam os referidos pagamentos com a cirurgia e manifestou indignação, justificando que sabe de servidores que sofrem graves problemas de saúde e não conseguem liberação para cirurgias apesar de serem cidadãos fortalezenses. Em aparte o vereador Márcio Andrade comentou que tem conhecimento do caso da Srª. Aparecida e que segundo entendimentos jurídicos recentes os laudos que solicitam cirurgias devem ser de médico especialista lotado no município e que no caso em referência o laudo é de médico de outro município, sendo que o médico especialista do município não entende como urgente o caso da Srª. Aparecida, mas que é necessário que o laudo seja do médico do município e sendo



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

assim não se pode fazer quase nada, mas que como membro da Comissão de Saúde da Câmara juntamente com os demais membros tentará buscar maiores informações para a solução do caso. E que inclusive estava tentando buscar essa cirurgia fora do município. Em aparte o vereador Ricardo da Silveira disse que o médico do município só emite laudo de urgência para cirurgia para quem ele quer, e que o caso da Sr^a. Lilian que não era tão urgente foi liberada, enquanto cidadãos fortalezenses que realmente necessitam e estão aguardando há muito tempo nunca conseguem. Após diversas discussões o Presidente solicitou da Comissão de Saúde as medidas necessárias para averiguação do caso, para posteriormente ser apresentada respostas e soluções. Dando continuidade o vereador Fernando Pereira fez requerimento verbal requerendo informações sobre os procedimentos adotados para a seleção e contratação dos funcionários do CRASS, requer ainda seja informada se a assistente social do município está lotada no CRASS ou no município. Após o vereador Márcio Andrade fez os seguintes requerimentos: **1º**. Requer a instalação de redutores de velocidade na Avenida Pedro de Souza Freire e Rua Neca Lúcio; **2º**. Requer que o Chefe do Executivo realize estudos necessários para tomadas de procedimentos legais para emissão dos projetos que deverão ser aprovados relativos ao novo loteamento do município. Após o vereador Márcio Andrade solicita do Presidente que o Executivo seja oficiado para que responda aos requerimentos da Câmara ainda não respondidos. Em seguida o vereador Fernando Pereira comentou que teve informações de que em municípios da região existe projeto para que os valores obtidos com materiais recicláveis vendidos pelas usinas de reciclagem são divididos entre os funcionários da usina, após alguns comentários foi sugerido que antes da elaboração de requerimento com esta finalidade seja feita um estudo desta prática em outros municípios, bem como da legalidade deste projeto. Em continuidade o vereador Wellington dos Reis comentou sobre sua participação em assembléia da AMEG no dia 04 de novembro na cidade do Carmo do Rio Claro e relatou que foram discutidas a situação das santas casas de S. S. Paraíso e Passos, sobre fábrica de sabão que está sendo discutida com ótimo empreendimento e ainda sendo estudada a possibilidade de serem revertidos os lucros para casas de recuperações, foram discutidos ainda sobre pontes e mata-burros os quais não tem tido muito investimento por parte do governo estadual. Ao final o vereador Francisco Ronivaldo voltou a comentar sobre a situação precária dos mata burros no bairro rural do Chapadão e sobre conflitos entre os proprietários que utilizam os mesmos e fazem divisa com o município de Pratápolis, afirmando a necessidade urgente da manutenção dos mesmos. Não havendo mais assuntos no grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA**. Os projetos de leis nº. 13/11 e 14/11 ficaram com as comissões. Os Requerimentos desta reunião foram todos aprovados. O presidente convoca a segunda reunião ordinária de novembro para o dia 16 às dezenove horas em virtude do recesso do dia 14 de novembro. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.